

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ nº 39.696.805/0001-57

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277 - 7º Andar - CEP 01452-000 - São Paulo - SP - Tel: (11) 2202-8100 - www.br.scotiabank.com

Scotiabank

Relatório da Administração

Apresentação

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações. A Corretora encerrou o exercício de 2022 com um lucro líquido de R\$ 4.578 (R\$ 230 em 2021), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido de 7,33%. Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o

direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. A autorização de funcionamento da Corretora foi publicada em 11 de fevereiro de 2021 no Diário Oficial da União, pelo Banco Central do Brasil. A Corretora iniciou suas atividades em 1º de novembro de 2021 como intermediadora ao fluxo de renda variável dos clientes institucionais estrangeiros e seu plano de negócios está sendo seguido integralmente e com o acompanhamento direto da Diretoria Executiva. A pandemia não afetou a capacidade operacional da Corretora e as ações estão pautadas nas orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes

da Covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte aos seus funcionários. A Corretora continua com sua política conservadora no que tange à administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

Agradecimentos

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022		2021		Passivo	Nota	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Disponibilidades	4	248	198			Passivos financeiros		258.798	87.794		
Ativos financeiros		326.451	148.686			Negociação e intermediação de valores	8	258.798	87.794		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	4.701			Outros passivos	10	5.844	2.182		
Títulos e valores mobiliários	6	67.416	59.856			Diversos		5.844	2.182		
Negociação e intermediação de valores	8	259.035	84.129								
Outros ativos	9	1.377	239								
Diversos		1.377	239								
Créditos tributários	12b	410	109			Patrimônio líquido		64.604	60.226		
Imobilizado de uso		168	217			Capital social	11	60.000	60.000		
Imóveis de uso		8	8			Reservas de lucros	11	4.808	230		
Outras imobilizações de uso		220	224			Outros resultados abrangentes	3d	(204)	(4)		
Depreciações acumuladas		(60)	(15)								
Intangível		592	753								
Ativos intangíveis		807	807								
Amortizações acumuladas		(215)	(54)								
Total do ativo		329.246	150.202			Total do passivo		329.246	150.202		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
		Legal	Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	60.000	-	-	-	-	60.000
Constituição do capital social	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(4)	(4)	(4)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	230	230
Constituição de reserva legal	-	11	-	-	(11)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	219	-	(219)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	60.000	11	219	(4)	60.226	60.226
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(200)	(200)	(200)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.578	4.578
Constituição de reserva legal	-	229	-	-	(229)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	4.349	-	(4.349)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.000	240	4.568	(204)	64.604	64.604
Saldos em 30 de junho de 2022	60.000	117	219	(73)	2.018	62.281
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(131)	(131)	(131)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.454	2.454
Constituição de reserva legal	-	123	-	-	(123)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	4.349	-	(4.349)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.000	240	4.568	(204)	64.604	64.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 - 7º andar, São Paulo - Brasil, tem como objetivo principal complementar as atividades do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, através da intermediação das operações de ações realizadas no âmbito da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para clientes institucionais estrangeiros que investem no país, oferecendo a eles uma estrutura integral e "end to end" (de ponta a ponta) em linha com as legislações vigentes. A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Grupo Scotiabank Brasil"). A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários mantém estrutura de governança corporativa integrada ao Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo e é controlada pelo The Bank of Nova Scotia ("BNS"). A Corretora foi constituída em 6 de novembro de 2020. A autorização de funcionamento foi publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2021 e recebeu a última concessão da CVM em 26 de julho de 2021. As atividades operacionais foram iniciadas em 1º de novembro de 2021. **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 1º de março de 2023. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto. A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras. **3. Descrição das Principais Práticas Contábeis:** **a) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora. **b) Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas - posição bancada, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor de mercado. **d) Títulos e valores mobiliários:** São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e "Títulos mantidos até o vencimento", os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. **e) Imobilizado:** **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens. **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificadas perdas por impairment. **g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei 9.430/1996. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689. A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie e pessoas jurídicas do setor financeiro, foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP nº 1.115. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Corretora possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias. Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social. Com base na Resolução CMN nº 4.842, as projeções de curto e médio prazo preparadas pela Corretora, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos. **h) PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **i) Pagamento baseado em ações:** Os funcionários elegíveis da Corretora participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. A Corretora contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 17). **j) Benefícios a empregado pós-emprego:** Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais a Corretora se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual a Corretora como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. **k) Outros ativos:** Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias, ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **l) Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata*) diários incorridos. **m) Resultado não recorrente:** A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que: i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os resultados da Corretora são integralmente recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Disponibilidades em moeda nacional

Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada - Ligadas

Total

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada - Ligadas (nota 15)

Total

6. Títulos e Valores Mobiliários: O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos

auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

Títulos disponíveis para venda	2022		2021	
	Sem vencimento	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Carteira própria				
LTN	60.914	60.914	61.254	54.215
Subtotal	60.914	60.914	61.254	54.215
Vinculados a prestação de garantias^(b)				
Cotas de fundo				
de investimento	6.502	-	6.502	5.641
Subtotal	6.502	-	6.502	5.641
Total	6.502	60.914	67.756	59.856

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações de compra e venda de ações. Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SE-LIC, e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. **7. Gerenciamento de Riscos: Administração de risco operacional:** A Corretora está inserida no ambiente de controles internos do Grupo Scotiabank Brasil, que possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Grupo. A estrutura de risco operacional também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Grupo Scotiabank Brasil. **Administração de riscos de mercado e liquidez:** Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR* - *Value at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Grupo o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Grupo apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958. **Administração de risco de crédito:** Em linha com as regulamentações do BACEN e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Grupo, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Grupo Scotiabank Brasil e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Grupo, e revisados pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, são revisados semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Grupo. De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição. **Gerenciamento de capital:** O Grupo Scotiabank Brasil está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Grupo, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Grupo visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital. A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Grupo. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com> (não auditado). **Hierarquia de valor justo:** Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações de valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis. O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração. Nível 2 - Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo. **Risco de mercado:** Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na *carteira de negociação* e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*) para os instrumentos classificados na *carteira de negociação* ou na *carteira bancária*. De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.557 e da Resolução BCB nº 111, as operações são divididas entre as carteiras de negociação e bancária. As carteiras de negociação são formadas pelos instrumentos, inclusive derivativos, mantidos com finalidade de negociação e que atendam às seguintes condições: estejam livres de impedi-

A Diretoria

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Período de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2022		2021	
		2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		4.045	7.469	2.289	2.289
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.045	7.469	2.289	2.289
Despesas da intermediação financeira		(12)	(21)	(14)	(14)
Operações de captação no mercado aberto		(12)	(21)	(14)	(14)
Resultado bruto da intermediação financeira		4.033	7.448	2.275	2.275
Outras receitas/(despesas) operacionais		206	317	(1.561)	(1.561)
Receitas de prestação de serviços	19	8.470	17.013	3.417	3.417
Despesas de pessoal	20	(5.160)	(10.771)	(3.352)	(3.352)
Outras despesas administrativas	21	(2.111)	(3.999)	(1.190)	(1.190)
Despesas tributárias		(1.006)	(1.990)	(436)	(436)
Outras receitas operacionais		190	272	-	-
Outras despesas operacionais		(177)	(208)	-	-
Resultado operacional		4.239	7.765	714	714
Resultado não operacional		-	-	(5)	(5)
Resultado antes da tributação e participação nos lucros		4.239	7.760	714	714
Imposto de renda e contribuição social	12a	(1.785)	(3.182)	(372)	(372)
Provisão para imposto de renda		(745)	(2.062)	(302)	(302)
Provisão para contribuição social		(488)	(1.288)	(176)	(176)
Ativo fiscal diferido		(552)	168	106	106
Participações no lucro		-	-	(112)	(112)
Lucro líquido do semestre/exercício		2.454	4.578	230	230
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		40,90	76,30	3,83	3,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Período de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2022		2021	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	2.454	4.578	230	230
Itens que podem ser classificados para o resultado				
Varição no valor mercado de ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos e valores mobiliários	(218)	(333)	(7)	(7)
Efeito fiscal	87	133	3	3
Resultado abrangente				

Scotiabank Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

continuação

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	Saldos em 31/12/2021	Consti- tuição	Realização/ reversão	Saldos em 31/12/2022
Créditos tributários				
Refletido no resultado	106	270	(102)	274
Provisões indedutíveis	106	270	(102)	274
Refletido no patrimônio líquido	3	136	(3)	136
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	3	136	(3)	136
Total	109	406	(105)	410

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias

Prazo de realização	Diferenças temporárias	Total
1º ano	203	203
2º ano	196	196
3º ano	11	11
Total	410	410
Valor presente (*)	343	343

(*) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

13. Limites de Basileia e Limites Operacionais: A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Conglomerado"), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação vigente, é de 25,46% (12,14% em 2021), sendo superior ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN. **14. Passivos Contingentes:** A Corretora não é parte de processos ou discussões judiciais em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **15. Partes Relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(passivo) 2022	2021	Receitas/(despesas) 2022	2021
Disponibilidades	246	97	-	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	246	97	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	4.701	135	9
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	-	4.701	135	9

Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas/receitas/(despesas) de prestação de serviços

	Ativo/(passivo) 2022	2021	Receitas/(despesas) 2022	2021
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	-	-	(306)	(75)
Scotiabank Colpatria (Colômbia)	(1)	-	(1)	-
Captações no mercado aberto	-	-	(21)	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	-	-	(21)	-

16. Remuneração da Administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$ 2.280 (R\$ 510 em 2021) sendo formadas por R\$ 2.210 (R\$ 510 em 2021) que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 70 que representa remuneração baseada em ações e encargos. Em 31 de dezembro de 2021, não havia saldo registrado relativo à remuneração baseada em ações. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

17. Pagamento Baseado em Ações: Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto, no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento da Corretora com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho da Corretora. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através do plano RSU. **Plano de unidades de ações restritas (RSU - Restricted Share Unit Plan):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2022, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 162 e a quantidade total de ações é de 3.763 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,26 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 311. Em 31 de dezembro de 2021 não havia saldo registrado. **18. Benefícios a Empregados Pós-emprego:** Para o plano de contribuição definida pós-emprego, a Corretora oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total da despesa registrada

no período para este plano é de R\$ 83 (R\$ 20 em 2021). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. A Corretora não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados. **19. Receitas de Prestação de Serviços:** São compostas pelas rendas de corretagens e operações em bolsa, no montante de R\$ 17.013 (R\$ 3.417 em 2021).

	2022	2021
20. Despesas de Pessoal		
Proventos	7.128	2.241
Encargos sociais	2.491	859
Benefícios	1.058	222
Treinamento	94	30
Total	10.771	3.352

21. Outras Despesas Administrativas

Processamento de dados	2.199	328
Serviços do sistema financeiro	782	412
Serviços técnicos especializados	211	293
Amortização/depreciação	206	69
Comunicações	126	38
Aluguéis	57	-
Publicações	18	32
Outras	400	18
Total	3.999	1.190

22. Plano de Implementação Resolução CMN nº 4.966: Em cumprimento ao disposto no art. 76 da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, alinhando os critérios contábeis do COSIF com os estabelecidos pela norma internacional IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025, o Grupo Scotiabank Brasil elaborou o plano de implementação da nova regulamentação contábil, considerando o cenário, ramo de atuação, estratégia de mercado e a estrutura de gerenciamento de riscos. A Administração entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas, controles e sistemas. Estabelecemos um cronograma de implementação que contempla a realização de atividades ao longo dos exercícios de 2023 e 2024, dependendo ainda de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN. Os impactos nas demonstrações financeiras serão mensurados após a definição completa dos normativos regulatórios.

Diretoria		Contador	
Paulo André Campos Bernardo	Jaques Mester	Roberto Shoji Haga	
Antonio Pianucci	Rodrigo Almeida Sergio	CRC 1SP242224/O-6	

Aos Administradores do Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro,

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 01 de março de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP - 1SP271754/O-9



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>